

**EIXOS TEMÁTICOS:**

- A dimensão ambiental da cidade como objeto de discussão teórica ( X )
- Interfaces entre a política ambiental e a política urbana ( )
- Legislação ambiental e urbanística: confrontos e a soluções institucionais ( )
- Experiências de intervenções em APPs urbanas: tecnologias, regulação urbanística, planos e projetos de intervenção ( )
- História ambiental e dimensões culturais do ambiente urbano ( )
- Engenharia ambiental e tecnologias de recuperação ambiental urbana ( )

## **Resistência e utopia em Belém: relações teóricas entre o saneamento básico e o espaço urbano**

*Resistance and utopia in Belém: theoretical relationships between sanitation and urban space*

MAGALHÃES, Rafael Caldeira (1);

(1) Doutorando em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos, UFMG. Brasil,  
rafaelmagalhaes@eng-smarh.dout.ufmg.br

**EIXOS TEMÁTICOS:**

- A dimensão ambiental da cidade como objeto de discussão teórica ( X )
- Interfaces entre a política ambiental e a política urbana ( )
- Legislação ambiental e urbanística: confrontos e a soluções institucionais ( )
- Experiências de intervenções em APPs urbanas: tecnologias, regulação urbanística, planos e projetos de intervenção ( )
- História ambiental e dimensões culturais do ambiente urbano ( )
- Engenharia ambiental e tecnologias de recuperação ambiental urbana ( )

## **Resistência e utopia em Belém: relações teóricas entre o saneamento básico e o espaço urbano**

*Resistance and utopia in Belém: theoretical relationships between sanitation and urban space*

### **RESUMO**

A principal questão deste trabalho é demonstrar a importância da atuação de dois movimentos sociais (Fórum dos Lagos e Movimento Orla Livre) no espaço urbano e seus reflexos sobre as políticas públicas em saneamento básico. As abordagens teóricas priorizaram elementos da relação entre a reprodução do capital e o Estado. Já para o estudo de saneamento, foram estudadas novas perspectivas de análise que reforçam a importância da dimensão social na estruturação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. A busca pela inclusão de elementos amazônicos representa, neste contexto, uma utopia para a atuação de tais movimentos sociais. Não obstante a forma propositiva, ressalta-se a resistência social como meio de contrapor o projeto de imposição do capital na cidade de Belém, em especial nas Áreas de Preservação Permanente.

**PALAVRAS-CHAVE:** saneamento, urbano, Belém, Orla Livre, Fórum dos Lagos.

### **ABSTRACT**

*The main issue of this work is to demonstrate the importance of the performance of two social movements (Lakes Forum and Free Border Movement) in the urban space and its impact on public policies on sanitation. The theoretical approaches prioritized elements of the relationship between the reproduction of capital and the state. As for the study of sanitation, new analytical perspectives that reinforce the importance of the social dimension in the structuring of water supply and sanitation services. The quest for inclusion of Amazonian elements is, in this context, a utopia for the performance of such social movements. In this sense, the propositional form, emphasize the social resistance as a means of opposing the imposition of capital project in the city of Belém, particularly in areas of permanent preservation.*

**KEY-WORDS:** sanitary, urban, Belém, Free Border, Lakes Forum.

## **1 INTRODUÇÃO**

Este trabalho pretende pintar um quadro teórico sobre a abordagem do espaço urbano numa cidade amazônica que se destaca pela sua urbanização capitalista. Belém, localizada no Estado do Pará, possui características naturais e políticas peculiares que conformam as políticas públicas em saneamento básico e, conseqüentemente, as lutas sociais por uma cidade justa, com mínimas condições de reprodução da vida ancorada na cultura amazônica.

É importante deixar claro que este ensaio não abordará de forma consistente as perspectivas das teorias clássicas e recentes da organização do espaço social e urbano, porém, o objetivo é apenas situar a importância dos agentes sociais como

elo de resistência ao modelo de reprodução do capital e seus reflexos na cidade. Reforça-se a tese de que a sociedade não é passiva às imposições capitalistas no meio urbano. Pelo contrário, suas ações e reflexões representam uma divergência à atual forma de organização do espaço.

Além disso, as propostas advindas dos movimentos sociais, como, por exemplo, o Fórum dos Lagos e o Movimento Orla Livre, levantam questões que subjazem interesses e coalizões para enfrentar o Estado capitalista. Mais do que isso, são propostas que priorizam as pessoas, especialmente as pessoas que necessitam de saneamento básico nas Áreas de Preservação Permanente de Belém e sua região metropolitana.

No entanto, ao questionar o modelo de exploração social para a garantia de lucro da coalizão dos interesses econômicos e imobiliários, especialmente os que utilizam áreas públicas de relevante importância ambiental para a sustentabilidade da cidade, a resistência torna-se utópica, pois as dificuldades são enormes para enfrentar o capital no desafio de um espaço urbano que seja de esperança.

O trabalho está dividido em três seções restritas a questões conceituais, no qual serão abordadas questões puramente empíricas quando relacionadas com a realidade da cidade de Belém-Pa. Na primeira parte do texto serão apresentadas algumas teorias clássicas e recentes da abordagem da relação entre espaço, Estado e capital. Como se poderá observar, tais abordagens não são lineares e muito menos convergentes, mas possibilitam estabelecer um quadro preliminar sobre a questão urbana, suas relações com o Estado capitalista e a importância dos agentes sociais em tais processos ou fenômenos.

A segunda parte do trabalho tenta relacionar o saneamento básico no espaço urbano e suas possibilidades conceituais paradigmáticas. Não se pode negar que existem inovações teóricas para abordar o conceito de saneamento a partir de seus condicionantes sistêmicos. Tradicionalmente, tais condicionantes tem sido parte integrante das atividades de gestão e formulação de políticas públicas no setor de abastecimento de água e esgotamento sanitário, como é o caso dos fatores físicos naturais, dos aspectos econômico-financeiros ou dos processos demográficos e geográficos. Entretanto, diversos condicionantes sistêmicos que exercem influência significativa no gerenciamento desses serviços têm sido historicamente negligenciados. Eles dizem respeito à dimensão social.

Finalmente, a terceira parte deste ensaio visa descrever as particularidades da relação entre o espaço urbano e o saneamento básico na cidade de Belém. Para tanto, serão apresentadas duas experiências de movimentos sociais que tentam promover mudanças nas políticas públicas intersetoriais e que possuem impacto direto sobre as Áreas de Preservação Permanente na cidade.

## **2 O ESPAÇO COMO RESULTADO DA URBANIZAÇÃO CAPITALISTA**

É possível estabelecer um quadro analítico sobre o espaço no Estado capitalista? Ou seria o capitalismo no Estado e suas implicações sobre o espaço? As diferentes abordagens marxistas clássicas colocam em polarização duas análises: por um lado a perspectiva instrumentalista versa que o Estado representa a classe dominante ou

como capital coletivo, ou seja, a dominação política do capital está ligada a monopolização do poder político e econômico. Por outro lado, a abordagem estruturalista de Poulantzas (1971), ancora-se na perspectiva de que o Estado é fator de coesão dos diferentes níveis de uma formação social, cujos níveis econômico, político e ideológico possuem função de regulação de seu equilíbrio global.

Tais abordagens geram múltiplas concepções de política urbana. No contexto defendido pelo marxismo instrumentalista, o espaço urbano é um resultado do modo de produção capitalista. Para Guttdiener (1993, p. 93), a perspectiva segundo a acumulação tem em vista um entendimento mais global do processo de desenvolvimento da sociedade do que a abordagem por conflitos de classe. Tal autor acredita que a gênese dos fenômenos urbanos está situada dentro do próprio processo de desenvolvimento (p. 94).

Porém, ao considerarmos o Estado no contexto da abordagem estruturalista, há a necessidade de considerar um processo social mais complexo, o das lutas de classes, que estão incluídos os movimentos sociais urbanos (TOPALOV, 1979). Apesar de considerar o Estado capitalista, Lojkin (1981, p. 83), acredita que "as práticas de classe assim como os interesses de classe não podem mais ser determinados senão no interior da esfera fenomenal das relações de força". Neste contexto, Lojkin tende a se juntar do individualismo metodológico quando questiona a separação entre a prática e as definições teóricas, no qual há a necessidade de se isolar os interesses e estratégias como jogo formal entre forças ou entre atores.

No entanto, a abordagem marxista considera que existem dois tipos de condições gerais da produção capitalista: de produção e circulação de capital e a outra é do tipo de reprodução da força de trabalho (TOPALOV, 1979, p. 11). Com relação este último tipo de condições gerais de produção capitalista, o autor observa que esta condição é motor da crise do capitalismo.

Mas como examinar a abordagem marxista de forma não mecanizada sobre os fenômenos urbanos? É preciso ter enorme cuidado com relação a este terreno pantanoso, tendo em vista que a análise refinada é extremamente importante para não reproduzir modelos analíticos frágeis sobre a investigação do espaço. É preciso compreender que nem tudo se explica pelo capital (sua visão é fundamental, mas não total). É preciso reconhecer o papel dos atores sociais e a luta de classes como utopia para mudança e para enfrentar os desafios da prática.

A questão colocada na discussão sobre a teoria do Estado e os agentes sociais na produção do espaço, fundamenta-se na existência de quatro formas do próprio Estado no capitalismo (ou mesmo do capitalismo no Estado): i) como aparato do capitalismo, ii) como regulador ou facilitador da operação do mercado, iii) como interventor para alcançar os objetivos políticos da economia, e finalmente iv) como árbitro da competição entre interesses de grupos sociais ou classes (CLARK; DEAR, 1981, 47). Esclarece-se que existem outras abordagens marxistas de Estado, como por exemplo, Jessop (1993), que considera duas funções principais do Estado capitalista: primeiro, o apoio do Estado para assegurar as condições para a valorização do capital, e segundo, o apoio do Estado capitalista para assegurar condições, tanto econômicas quanto sociais, para reprodução da força de trabalho.

Neste caso, há uma transição do Estado Keynesiano de bem estar social para o Estado Schumpeteriano de controle político da classe trabalhadora.

Outra linha teórica de pensamento é expressada por Farret (1985), que divide dois paradigmas da estruturação do espaço urbano: do equilíbrio e do conflito. Segundo o autor, o paradigma do equilíbrio, fundamentada pelos enfoques ecológico e neoclássico, afasta o Estado dos agentes envolvidos. No caso do enfoque ecológico, mecanismos de competição entre segmentos da população geram sucessão e filtragem de dominância no espaço urbano. Já no enfoque neoclássico, o modelo analítico subjetivista considera o comportamento dos indivíduos, firmas e instituições públicas, vistas como unidades decisórias (FARRET, 1985, p. 78), constituindo, assim, categorias comportamentais baseada na racionalidade econômica ou não econômica (valores sociais e culturais, por exemplo).

Já no paradigma do conflito, o mercado imobiliário seria dominado pelos interesses de grupos e classes, em vez de consumidores individuais. Duas vertentes (não necessariamente antagônicas) predominam neste paradigma: o institucionalista, que é mais contextual, ou seja, as instituições sociais, através de seus vínculos e processos decisórios determinam os padrões locacionais urbanos; e a segunda vertente, de inspiração marxista, considera o espaço urbano como relacionado com as condições materiais de produção e de existência de cada sociedade, articulada com elementos da realidade histórica.

Harvey (1976) questiona duas formas de entendimento do Estado. É possível pensar o capitalismo sem o poder estatal? Ou o Estado tem papel totalmente passivo em relação à história capitalista? Para este autor, "a base econômica e a superestrutura se associam, existindo simultaneamente e não sequencialmente - há uma interação dialética entre ambas" (p. 92). No entanto, diferenciações históricas podem ser observadas quanto à intervenção do Estado na economia e vice-versa. Nos primeiros anos das formações sociais capitalistas, o capitalismo de Estado era muito predominante, enquanto que, com o amadurecimento do capitalismo e a consequente estruturação e consolidação das instituições, o Estado diminui sua imagem em favor de um liberalismo exacerbado.

O grande desafio de pesquisa e ação coletiva fundamenta-se em como pensar e agir no espaço urbano no contexto de cada teoria apresentada. Certamente, qualquer que seja a escolha de pensamento teórico, haverá críticas subjacentes ao próprio entendimento da abordagem. No entanto, percebe-se que o marxismo é um divisor de águas para o entendimento do Estado capitalista ou capitalismo no Estado. Neste sentido, sua abordagem pode ser refinada para identificar e interpretar as formas e estruturas do Estado e a relação com a sociedade com vistas a configurar o espaço urbano e as políticas públicas.

O neomarxismo nasce desta concepção. Ao incluir a ação coletiva, ou seja, o uso da escolha racional (individualismo metodológico) associada ao paradigma marxista tornou possível a convivência (conflitiva) entre capitalismo e democracia. Os interesses como classes podem ser homogêneos, mas os interesses específicos (imediatos) de grupos específicos podem ser completamente diferentes. Neste sentido, há uma ruptura da concepção baseada no estruturalismo no espaço urbano para dar origem a novos objetos de pesquisa da sociologia urbana. Pode-se afirmar, então, que o marxismo ficou um tempo esgotado em sua análise para ressurgir a

partir da análise de políticas públicas ou das práticas sociais (voluntarismo) de forma simultânea no processo de urbanização capitalista. A economia pode ser controlada e o bem estar pode ser intensificado pelo papel ativo Estado (política distributiva de habitação, saneamento, por exemplo) sem ter a propriedade privada?

Martins (1999) reconhece que existe uma crise a partir desta abordagem entre Estado, espaço e democracia. O autor questiona se ainda existe luta de classes e chega a conclusão que tal processo não se restringe simplesmente ao proletariado "do chão de fábrica", mas ao controle e determinação do processo de trabalho. Entretanto, o autor reafirma o entendimento de que o capitalismo, pelo qual o espaço ressurgiu como objeto de acumulação e contradição, "amplia o campo de tensões e conflitos, pois o que se encontra em questão é assegurar a produção e reprodução das relações sociais de produção fundamentais e essenciais ao capitalismo através da produção do espaço" (p. 29).

Harvey (1989) não abandonou e nem deixou de acreditar na meta-teoria marxista como esquema explanatório da economia urbana. No entanto, é possível completar um "quebra-cabeça" urbano sem o aspecto político? Nesta sua obra, o autor rebate tais críticas e amplia o entendimento do fundamento político como importante fator não só para melhorar as condições de vida dos menos privilegiados como também para ampliar as fronteiras da emancipação humana (p. 3).

E como surge o urbano? Que urbano é esse? Como ele se amplia ou diminui? Existe uma teoria para explicar os processos socioespaciais que permitem determinar tais questões? Lefebvre (1993, 1999, 2008) observou alguns fenômenos de transição entre a cidade política à cidade mercantil e posteriormente à cidade industrial. No entanto, interessa à pesquisa científica conhecer quais os limites entre tais fenômenos no mundo urbano, em especial no Brasil.

Não se trata apenas de uma transição do rural para o urbano. Santos (1996) observou que não se tratava mais do rural, mas do sim do agrícola. Neste caso, constata-se uma imposição ou uma ditadura da sociedade urbana sobre o rural, pois o rural torna-se escravo do urbano. O trabalho manual torna-se substrato do trabalho intelectual. A região urbana possui a tutela (através do comando da vida econômica) do que é produzido pelo meio rural para posteriormente tornarem-se atividades secundárias e terciárias para a sociedade urbana.

Lefebvre (1999) prossegue sua crítica quanto ao campo diferencial do espaço urbano. Como responder à pergunta "que urbano é esse?" Para responder tal questionamento é necessário despir-se dos fragmentarismos do conhecimento e vestir-se da totalidade teórica com a legitimação histórica para a dialética no combate ao pragmatismo, operacionalismo, hierarquização, à integração de uma ciência parcelar dominante.

Ao nos aproximarmos da prática urbana, consideremos o caso Brasileiro como dependente de uma história marcada pelo colonialismo (cidade política) cuja exploração dos recursos naturais inspirou o surgimento da sociedade urbana. Com o tempo (entre meados do século XIX e XX) houve a transição para cidade industrial, baseada na transferência norte-sul do paradigma econômico e na formação de uma classe dominante. Tais processos levaram às condições sociais perversas que

gerou oportunidades aos militares no poder (na tentativa de fundir a cidade política à cidade industrial).

A urbanização extensiva, que Monte-Mor (2006) faz questão de explicitar como fenômeno socioespacial, ganha força espacialmente nas grandes aglomerações urbanas. Com isso, surge a cidade-região-urbana, formada não somente pelo tecido urbano que se ampliara, mas principalmente pelas relações econômicas globalizantes do capitalismo que dominava e ainda domina o Estado, criando as malhas viárias, diminuindo espaços e atraindo a industrialização para além das fronteiras metropolitanas.

Monte-Mor (1989) afirma que este tipo de urbanização se estende para além das cidades em redes que penetram virtualmente todos os espaços regionais integrando-os em malhas mundiais e representa, assim, a forma socioespacial dominante que marca a sociedade capitalista de Estado contemporâneo em suas diversas dimensões, desde o centro dinâmico do sistema capitalista até - cada vez mais - às diversas periferias que se articulam dialeticamente em direção aos centros e subcentros e subsubcentros.

A tendência escalar regional para a sociedade urbana de alguma forma retira o poder nacional que o Estado possui sobre as cidades. Neste caso, a industrialização dialoga diretamente com a região e em muitos casos torna-se "dona" da região. Ao analisarmos a relação existente entre grandes empresas multinacionais e as regiões, percebe-se a privatização do território, inclusive com a tomada de poder das mãos das oligarquias que foram fortalecidas no regime militar do Brasil. Mas não só as empresas privilegiam a segregação socioespacial. As classes média e alta também criam seus enclaves fortificados que geram verdadeiros fractais de urbanização e pobreza (em volta dos condomínios fechados).

O espaço urbano na (e da) Amazônia, dominada pelo capital representado pela industrialização e marcada pelos ciclos econômicos do minério, da madeira, das commodities, etc, impõem ao território-espaço uma lógica perversa que oprime a reprodução social da vida cotidiana e mascara (e sufoca) as lutas sociais através do medo (ameaça às lideranças, por exemplo). Damiani (2000) acredita que este tipo de desenvolvimento econômico é demarcado pela teoria da dependência. Esta visão é representativa nas cidades amazônicas que não possuem autonomia para promover uma gestão urbana própria, pois o Estado está sujeito às decisões deste processo de industrialização.

“Muito cedo definiu-se a cidade associada ao moderno” (DAMIANI, 2000). No entanto, é possível promover a modernidade da selva? Ou melhor, é possível promover a metropolização da floresta? Será que o caboclo tornou-se moderno?

A crítica a este tipo de urbanização fundamenta-se ao próprio processo histórico de ocupação do espaço (especialmente nas capitais amazônicas). As áreas de terra firme foram ocupadas pelas pseudo-elites, áreas dotadas de infraestrutura e serviços públicos, enquanto que os pobres e muitas vezes imigrantes dos interiores dos Estados ocuparam a periferia localizadas abaixo das cotas de maré. São as chamadas “baixadas”, espaços onde predominam as palafitas densamente habitadas, sem nenhuma condição sanitária e de moradia adequada.

Atualmente, esta crítica está pautada na própria expulsão dessas populações pobres das baixadas para promover a espetacularização da cidade e ao fortalecimento do capital imobiliário de alto padrão econômico.

Porém, a urbanização na Amazônia encontra-se em crise. Crise social, crise de políticas públicas, crise do capital e até mesmo uma crise teórica. Por razões de forma deste ensaio não será possível detalhar e fundamentar cada uma dessas crises, mas basta observar que a modernização da selva tem gerado congestionamentos de trânsito, criminalidade e postos de saúde lotados com doentes urbanos (devido à falta de saneamento). Esses problemas afetam tanto as classes sociais mais pobres quanto às pseudo-elites.

No tocante à crise teórica, enfatiza-se que o silêncio do debate crítico revela a inação dos pensadores amazônicos quanto a este processo de “ordenamento” industrial e capitalista das cidades amazônicas. Um exemplo disso é o movimento “cidades na floresta” que foi arquitetado por teóricos e por determinados movimentos sociais que estão mais preocupados com a aceitação do processo de imposição da cidade industrial pós-moderna. No entanto, este ensaio chama a atenção de que, mais importante do que essa discussão reformista e passiva, observa-se a necessidade de uma ação mais crítica para o enfrentamento que Costa (1997) expressa ser a exclusão sócio-espacial em curso.

Harvey (2009) introduz a idéia de globalização e corpo nos estudos espaciais, que trouxe novas abordagens para contrapor a reprodução do capital. Ao tempo que as fronteiras do capital são ampliadas ou mesmo desfeitas, o corpo representa uma forma de resistência. Tal concepção converge para o reconhecimento das diferenças entre grupos e subjetividades, especialmente no que se convencionou chamar de estudos multiculturais (como movimentos étnicos, feministas e raciais).

Percebe-se que existe uma divergência importante entre considerar uma sociedade homogênea no contexto do espaço e o entendimento de que grupos culturais ou locais distintos podem produzir um espaço diferencial, este último, um conceito lefebvriano. Porém, existe uma concepção interessante de Harvey (2009) para conectar essas duas abordagens na tentativa de considerar o todo sem perder as parcelas e fragmentações: o corpo urbano ou cidade-corpo torna-se território de subjetividades.

Para Hissa e Nogueira (2013, p. 58), "na cidade, misturamo-nos sempre, desenhando, com nossa heterogeneidade, uma configuração plural e cambiante, híbrida e contraditória". Mas o corpo é realmente o que somos ou um produto socioespacial?

Nesta análise não existem diferenças entre a cidade e o processo urbano, entre o humano e o natural, real e ficcional, mecânico e orgânico. Daí nasce a cidade *cyborg*, onde sociedade e natureza, representação e ser, são inseparáveis, mutuamente integradas, infinitamente ligadas e simultâneas (HARAWAY, 1991). Essa “coisa” híbrida sicionatural chamada cidade é cheia de contradições, tensões e conflitos (SWYNGEDOUW, *et al*, 2002).

Embora o pensamento de Lefebvre tenha passado por um passivo esquecimento, conforme expressado por Fernandez (1999), sua história "personificou" a utopia pela



"busca da liberdade, a luta dos indivíduos e dos grupos pela democracia de base "local", pela identidade, pela auto-realização e pela felicidade.

Costa (2003), ao interpretar o pensamento de Lefebvre, reforça a diferenciação negligenciada pela economia política urbana. Para o autor é necessário retornar ao espaço na teoria e na prática. O sim e não de Lefebvre é uma verdadeira crítica ao enclausuramento de seus conceitos em modelos analíticos, em métodos de acepção da realidade espacial e neste ponto é que se fundamenta o caráter dialético de sua abordagem.

Achselrad (2013) ao questionar se a cidade é um espaço público, mostra que a cidade capitalista contemporânea tornou-se lugar de consumo e de consumo de lugar. Esta passagem do consumo ao consumismo resulta ao menos três processos. Em primeiro lugar, a construção social das necessidades torna-se uma variável dependente da própria atividade de produção, do esforço de venda – a chamada publicidade comercial – e da oferta de crédito – a oferta é pensada de modo a produzir a sua própria demanda.

No segundo processo, o sistema de valores se reconfigura de modo que o padrão de consumo se afirme como signo da posição dos sujeitos no espaço social. Já o terceiro ponto aborda a peça publicitária – instrumento da apropriação privada do tempo e do espaço coletivos, capaz inclusive de disseminar diferentes narrativas urbanas para os fins definidos por seus financiadores – assume ela própria a forma-mercadoria. Esse tipo de mercadoria é dotado, ademais, de uma condição absolutamente particular – a de um produto a cujo consumo todos os sujeitos estão, em princípio, submetidos compulsoriamente pelo modo como o espaço “público” é mercantilizado.

### 3 CONFRONTOS ENTRE OS PARADIGMAS TEÓRICOS DO SANEAMENTO

No contexto de um Estado capitalista, o saneamento pode ser considerado como peça de apoio para reprodução do capital. Ao tempo que os trabalhadores necessitam de saúde para produzir, os espaços urbanos são valorizados com infraestrutura de abastecimento de água, esgotamento sanitário e drenagem urbana. Com isso, a mais valia é otimizada e as aglomerações necessitam manter o conceito de modernidade.

Uma linha divergente de pensamento para o conceito de saneamento está ancorada nas concessões de bens para a sociedade. No conceito de Estado de Bem Estar Social, há formas de regulamentação de toda vida e saúde social, política e econômica em parceria com o mercado e com as próprias organizações da sociedade com vistas à garantia de serviços públicos e proteção à população.

Lefebvre (1999) ressalta que esta ilusão urbanística é utilizada para representar interesses nem sempre explícitos que representam a reprodução do capital, ocultando a estratégia capitalista de domínio do espaço. Neste sentido, o Estado possui o papel de implementar a estratégia da ilusão urbanística, cujas relações sociais e a própria sociedade são absorvidas pela superestrutura do capitalismo. Neste aspecto, o espaço e as pessoas são vistos como objetos.

Arantes e colaboradores (2002) traduziram para a literatura brasileira o termo *gentrification* denominando a gentrificação como este fenômeno que afeta uma região ou bairro pela alteração das dinâmicas da composição do local, tal como novos pontos comerciais, construção de novos edifícios, valorizando a região e afetando a população de baixa renda local. Tal valorização é seguida de um aumento de custos de bens e serviços, dificultando a permanência de antigos moradores de renda insuficiente para sua manutenção no local cuja realidade foi alterada.

Neste sentido, qual o lugar do saneamento na sociedade atual? Quais mudanças ocorreram no ambiente tecnológico e socioeconômico para constatar a possibilidade de novos paradigmas no saneamento básico?

Não se trata de um conceito de saneamento como amenizador das dores da sociedade. Ao contrário, trata-se de considerar um novo paradigma emancipatório, numa perspectiva de uma ação transformadora da sociedade. Sua totalidade refuta o tecnocracismo, o fragmentarismo e sua abordagem cartesiana da realidade. Ao se tornar total não deixa de se fortalecer no local. No entanto, sua estrutura filosófica insere-se no contexto de integração e comunicação temática, ou o que se pode chamar de interfaces das políticas públicas em saneamento básico.

Ao se contrapor ao conceito tradicional de saneamento, este novo paradigma refuta também a idéia de antagonismos impregnados de 'pré'conceitos. Sua abordagem pode ser garantidora de uma aglutinação entre natureza e cultura, natural e artificial, observador e observado, subjetivo e objetivo, coletivo e individual.

A moldura desta política pública possui uma história baseada em um paradigma dominante centrado na mercantilização dos serviços de saneamento. Desde o século XIX as empresas privadas exercem uma pressão grande sobre as nações para conformar a água como recurso estratégico para seus negócios financeiros (BRAADBAART, 2013).

No entanto, este modelo privatizante vem sendo discutido em seus sucessos e fracassos. Ao tempo que algumas evidências mostram que houve melhoria na gestão operacional e a universalização dos serviços em diversos países (ROUSE, 2013), questiona-se sobre sua efetividade de prover o acesso à água potável e os serviços de esgotamento sanitário para populações pobres do Sul global. Acredita-se que este problema, especialmente no meio urbano, resulta da contradição de que

Dentro de uma estrutura hegemônica que considera economicamente ineficaz e politicamente inaceitável subsidiar processos socioecológicos (como o abastecimento seguro e confiável de água), ou transferir valor de um lugar, grupo social, atividade e/ou setor para outro, proporcionar às comunidades pobres o acesso a água continua a ser um sonho vão (SWYNGEDOUW, 2013, p. 79).

Entretanto, existe um paradigma alternativo fortemente marginalizado, no qual os serviços de água e esgotos constituem um direito social e de que é necessário integrar melhor a política pública e os aspectos de gestão, tanto na análise quanto na prática (HUKKA; KATKO, 2003).

Segundo Heller e Castro (2007), é indispensável resgatar o papel da dimensão política das ações de saneamento, no qual é fundamental reconhecer os aspectos sociais da água e do ambiente. Swyngedouw (2013) amplia tal conceito para o termo hidrossocial, cujos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário

fazem parte de uma rede que agrega elementos bioquímicos com elementos de significados sociais e um valor cultural profundos.

Tal visão também é compartilhada com Brito *et al* (2012) quando trata do saneamento e sua relação com políticas setoriais, que muitas vezes não têm tido a capacidade de tratar seu objeto com base na percepção da complexidade e multidimensionalidade que o caracterizam, com possíveis ônus para a efetividade das decisões e ações. São freqüentes, nesse aspecto, intervenções não devidamente apropriadas pelos usuários, por conflitarem com suas práticas tradicionais; intervenções urbanas que não se coadunam com a dinâmica das cidades, agravando, por exemplo, a ocorrência de enchentes e inundações; incapacidade das concepções técnicas em enxergar com clareza o papel das ações no controle da ocorrência de enfermidades; ou ações que, ao contrário de cumprirem sua missão de preservar o ambiente físico, agravam sua qualidade. São situações que, muito provavelmente, ocorreriam com menor intensidade se o poder público tivesse a capacidade de visualizar a dimensão transversal dos problemas do saneamento e contasse com visões interdisciplinares para entendê-los e para pensar suas soluções.

Especial atenção é compartilhada por Heller (2013) sobre a política pública e gestão dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário e suas interfaces, especialmente com a saúde pública:

A efetiva incorporação da visão de saúde pública nas políticas públicas e na gestão dos serviços de saneamento, ou ainda, mais radical, assumir o benefício da saúde como norteador das decisões, tem a capacidade de produzir uma mudança de paradigma no setor, podendo conduzir à potencialização dos benefícios da sua ação (HELLER, 2013, p. 186).

Além desta visão da água com o foco no cidadão, existem abordagens interessantes de que a água deva ser tratada como um direito humano. Esta última visão é fruto de grandes lutas sociais pelo mundo, especialmente na Europa, num movimento iniciado na Espanha a partir da coalizão de diversos grupos da sociedade civil, inclusive comunidade acadêmica, para se opor a um plano de intervenções, onde foi cunhada, no início da década de 2000, o movimento "Uma nova Cultura pela Água" com três objetivos principais: o acesso à água como um direito fundamental para os seres humanos e não-humanos; a identidade forjada em torno da água deve considerar, historicamente, os âmbitos locais e regionais; e as características eco-sociais da água não podem ser redutíveis à mera condição econômica (MASJUAN, *et al.*, 2008)

Já no contexto teórico das políticas públicas de saneamento, o conceito de condicionantes sistêmicos (processos ou fatores que estruturam e determinam em grande medida as opções de políticas públicas) vem se consolidando como uma abordagem mais holística e abrangente, que ultrapassa a perspectiva de centralidade nos elementos tecnicistas dominantes para reconhecer que um futuro mais justo para o atendimento à população impõe combinar diferentes fatores, em uma abordagem mais sistêmica.

Segundo Castro (2013, p. 54), diversos condicionantes sistêmicos que exercem influência significativa no gerenciamento desses serviços têm sido historicamente minimizados, quando não totalmente desprezados. Eles dizem respeito a fatores e processos que fazem parte, em linhas gerais, da dimensão social. Para este autor,

#### A DIMENSÃO AMBIENTAL DA CIDADE

o tema da participação social é um aspecto central no setor de saneamento básico na América Latina, onde tradicionalmente o desenvolvimento destes serviços se caracterizou por um alto nível de desigualdade de acesso por parte da população e pela ausência de mecanismos de controle democrático efetivo sobre o funcionamento dos organismos e empresas envolvidos (CASTRO, 2012, p. 139).

As desigualdades de implementação de políticas de saneamento geraram problemas drásticos para as populações mais pobres. Neste sentido, os cenários das políticas públicas do saneamento possuem, basicamente, três opções:

a) seguir a tendência histórica de privilegiar áreas urbanas fortemente adensadas. Para Rezende *et al* (2007, p. 99-100), a demanda por serviços de água e esgotos foram parcialmente atendidos em municípios de maior porte populacional, densidade demográfica e grau de urbanização. Para os autores, os momentos de maior crescimento no atendimento foram nos primeiros anos do Planasa (1970) e início e meados dos anos de 1990 (ou seja, período de uma política de liberalização do mercado no Brasil);

b) promover uma ruptura com o modelo tecnocrata e gerar uma política mais redistributiva para diminuir diferenças regionais e sociais. Para Britto *et al* (2012), o setor de saneamento no Brasil tem sido território de abordagens predominantemente tecnocêntricas, ditadas principalmente pela visão da engenharia sanitária.

Tal visão vem se refletindo no campo das políticas públicas setoriais, que muitas vezes não tem tido a capacidade de tratar seu objeto com base na percepção da complexidade e multidimensionalidade que o caracterizam, com possíveis ônus para a efetividade das decisões e ações. São frequentes, nesse aspecto, intervenções não devidamente apropriadas pelos usuários, por conflitarem com suas práticas tradicionais; intervenções urbanas que não se coadunam com a dinâmica das cidades [...]; incapacidade de concepções técnicas em enxergar com clareza o papel das ações no controle da ocorrência de enfermidades; ou ações que, ao contrário de cumprirem sua missão de preservar o ambiente físico, agravam sua qualidade. São situações que, muito provavelmente, ocorreriam com menor intensidade se o poder público tivesse a capacidade de visualizar a dimensão transversal dos problemas de saneamento e contasse com visões interdisciplinares para entendê-los e para pensar suas soluções (BRITTO *et al.*, 2012, p. 65-66).

c) tornar-se resiliente e buscar um ponto de equilíbrio entre o cenário tendencial de concentração de poder, estadualização dos serviços de saneamento e distanciamento político com a mudança endógena. Segundo Souza e Costa (2013), a utilização da categoria de dependência de trajetória na análise de política pública possibilitou identificar a matriz histórica da inércia do setor de saneamento:

Os mecanismos de coordenação e adaptação criados pelas empresas estaduais de saneamento geraram, sobretudo, reforços políticos não negligenciáveis para a preservação da estrutura institucional montada pelo Planasa. Por décadas, as instituições formais produzidas pelo arranjo estadualista têm criado extensos constrangimentos ao comportamento dos atores do setor, moldando seus incentivos e recursos de poder. A reversão do curso da escolha inicial do Planasa parece implicar altos custos de ruptura, especialmente para o governo federal (SOUZA; COSTA, 2013, p. 596-7).

Algumas práticas vêm incluindo a participação social no desenho de políticas públicas e intervenções em saneamento básico, tanto em áreas urbanas quanto em áreas rurais.

Mas até que ponto essa participação influencia no processo decisório? A análise centra-se em como se dá esta participação: é um empoderamento (ou seja, cooptação de agentes individuais e coletivos em torno de interesses já postos) ou uma participação emancipatória, onde a sociedade demanda, incorpora e decide sobre seu próprio futuro? Percebe-se que esta visão emancipatória é bastante

reprimida quando se observa a realidade dos municípios brasileiros, especialmente os amazônicos.

No entanto, McGranahan e Mulenga (2009) observam perspectivas de sucesso quanto a organização das comunidades na provisão de melhores serviços de saneamento. A revisão destes autores quanto à participação social no meio urbano mostram sucessos no engajamento comunitário e práticas locais na América Latina, Ásia e África, onde as discussões coletivas sobre as deficiências sanitárias ajudaram a criar a demanda e o compromisso das comunidades, o que por sua vez orientou a escolha dos locais a serem implementadas as intervenções, os projetos específicos para cada uma dessas áreas e o gerenciamento dos serviços. Apesar de ter havido formas diferentes de participação da comunidade nos exemplos destacados pelos autores, os mesmos ressaltam que os serviços públicos não foram substituídos pela comunidade, mas sim houve integração com os órgãos do governo envolvidos.

Por outro lado, a participação social no Brasil também vem fortalecendo a mudança nas políticas públicas. O Plano Nacional de Saneamento Básico - Plansab é um exemplo de inserção da gestão democrática na elaboração do plano e nos seus princípios. A própria Lei nº 11.445/2007 (BRASIL, 2007), Lei Nacional do Saneamento Básico, estabelece o controle social como um dos seus princípios fundamentais (Art. 2º, inciso X) e o define como o "conjunto de mecanismos e procedimentos que garantem à sociedade informações, representações técnicas e participações nos processos de formulação de política, de planejamento e de avaliação relacionados aos serviços públicos de saneamento básico". No Plansab, constata-se que houve, de fato, elevada integração entre os atores sociais no processo político de negociação sobre os rumos do saneamento do Brasil.

O desenvolvimento da cidadania nas políticas públicas de saneamento básico se constitui como desafio para a melhoria quantitativa dos serviços onde existe déficit no atendimento e melhoria qualitativa onde o acesso à água potável e o tratamento de esgotos é intermitente ou dificultado. Este é um debate profundo e não se trata de seguir os exemplos ocidentais de democratização liberal, mas de conceber a democracia para além de método ou forma institucional, onde o processo de cidadania possa assumir uma compreensão mais completa e sistêmica, também cunhada pela expressão de democracia substantiva (BORÓN, 1996), democracia que advém das massas, com vistas à superação das desigualdades, com um novo projeto societário.

Porém, Swyngedouw (2005) acredita que existem duas faces distintas de governança. Ao tempo que novos arranjos de cidadania emergem, forças do mercado podem cooptar tais inovações, ou seja, assim como o Estado pode tomar formas de governança com a participação da sociedade civil, pode também ser inclinado a assumir instrumentos do mercado para as políticas públicas.

Porém, Healey (2005) é sensível à hipótese de que a sociedade pode ser transformada de "baixo para cima" e que os processos locais podem modificar a distribuição mais ampla de recursos e de poder, cuja "agência ativa interage com as dinâmicas estruturais restritivas para influenciar a elaboração e o reconhecimento de regras formais, a distribuição de recursos materiais e os referenciais que os agentes desenvolvem" (HEALEY, 2005, p. 113).

Sandercock (1998) é uma das autoras que lideram uma visão diferenciada que a sociedade é estruturada por relacionamentos entre grupos culturalmente distintos. Para esta autora, o consenso entre grupos pode assumir formas de resistência ao Estado. É justamente nestes aspectos que sua visão difere do planejamento comunicativo, no qual o alvo de um processo de planejamento é negociar emoções e diferenças para chegar à uma agenda coletiva acomodada pelo estado.

É possível haver tais inovações nas políticas públicas em saneamento básico na Amazônia e especialmente na cidade de Belém? Esta, certamente, não é uma resposta fácil. Entretanto, a ação coletiva, um corpo democrático de resistência, inclusive de diferentes formas, ganham força numa coalizão política que acredita num futuro diferente. Tais *insights* serão explicitados na seção subsequente deste trabalho.

#### 4 BELÉM: A CIDADE DAS BAIXADAS E DAS LUTAS SOCIAIS

A cidade de Belém, Estado do Pará, é considerada uma metrópole da Amazônia. Chama-se atenção para a necessidade de discutir a Região Metropolitana de Belém - RMB, institucionalizada em 1973 e alterada em 2000, que é composta por seis municípios: Ananindeua, Belém, Benevides, Marituba, Santa Bárbara do Pará e Santa Isabel do Pará. A população estimada pelo IBGE (2012) é de 2.141.618 habitantes. Também conhecida como grande Belém, é a 12ª área metropolitana mais populosa do Brasil. A RMB sozinha concentra aproximadamente 40% da riqueza e 35% da população de todo o Estado do Pará.

O aglomerado metropolitano é constituído espacialmente por dois conjuntos fisiográficos que conformam as políticas de saneamento: uma área continental e um conjunto insular com mais de quarenta ilhas. Belém, o principal município, é o único cuja taxa de crescimento da população tem sido relativamente baixa, quando comparada com as taxas de crescimento absoluto de outras cidades amazônicas (Cardoso, *et al*, 2006).

Do ponto de vista intra-urbano, a cidade de Belém destaca-se como principal a formação urbana da RMB. Sua estrutura parcial tem relações claras com sua estratificação social. A ocupação do território é marcada desde o seu início por limitações impostas pela formação geográfica e pelas condições físicas do sítio. De acordo com a concepção inicial de expansão da cidade, as áreas altas e firmes destacaram-se como local de agregação de investimentos em infra-estrutura e foram adotadas como local de moradia da elite local, caracterizando-se pelo alto padrão construtivo das edificações. Observe-se que essas áreas adensaram-se durante o ciclo da borracha, época em que a referência de urbanidade na cidade era Paris, e receberam ruas e passeios públicos amplos, praças de rica composição e concentração de palacetes ecléticos (SARGES, 2000).

Por outro lado, a população pobre subdividia-se em dois grupos: um nascido em Belém, que ocupava áreas intermediárias entre as terras firmes e as alagadas; outro formado pelos pobres migrantes, a princípio oriundos do interior do Estado, que se estabeleciam nas "baixadas" da cidade, áreas alagáveis, mas fortemente ligadas à dinâmica ribeirinha, graças às proximidades com os portos que favoreciam a

mobilidade entre a cidade e suas ilhas e seu interior. Além disso, as baixadas tornaram-se historicamente o espaço disponível para a população de baixa renda (CARDOSO, *et al*, 2006).

Ao considerar os dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento - SNIS do ano de 2012 (BRASIL, 2014), duas variáveis chamam atenção quanto a caracterização quantitativa do abastecimento de água e esgotamento sanitário: índices de atendimento e investimentos realizados. Conforme pode ser observado no Quadro 1, os níveis de atendimento com água e esgotos dos municípios cujos prestadores são participantes do SNIS em 2012, segundo região geográfica do Brasil, a região Norte possui uma situação dramática quando relacionada com todas as outras regiões do país e da própria média brasileira.

Quadro 1 - Nível de atendimento com água e esgotos dos municípios cujos prestadores de serviços são participantes do SNIS em 2012, segundo região geográfica.

Região	Índice de Atendimento com Rede %				Índice de Tratamento de Esgotos %	
	Água		Coleta de esgotos		Esgotos gerados	Esgotos Coletados
	Total	Urbano	Total	Urbano	Total	Total
Norte	55,2	68,6	9,2	11,9	14,4	85,1
Nordeste	72,4	89,5	22,2	29,4	31,0	81,2
Sudeste	91,8	97,0	75,4	80,3	42,7	63,3
Sul	87,2	97,2	36,6	42,7	36,2	79,7
Centro-Oeste	88,0	96,5	42,7	47,1	44,2	90,0
Brasil	82,7	93,2	48,3	56,1	38,7	69,4

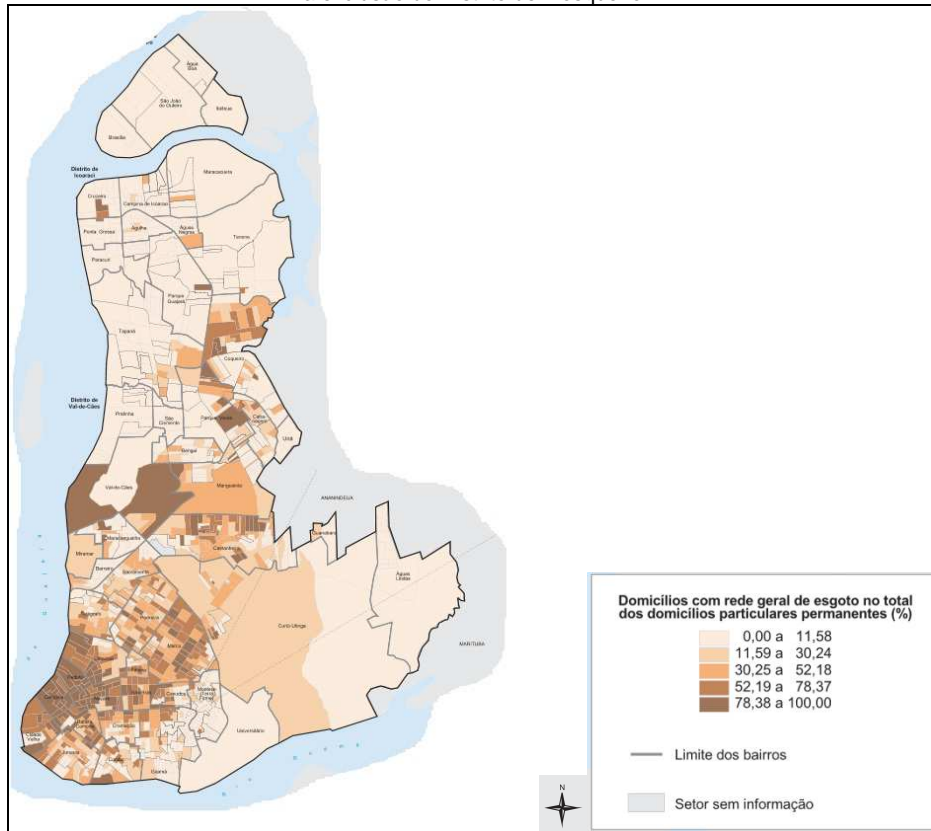
Fonte: Adaptado de BRASIL, 2014.

Segundo os dados do Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgotos - 2012 do Ministério das Cidades (BRASIL, 2014), os investimentos realizados em abastecimento de água e esgotamento sanitário no Estado do Pará no ano de 2010 foram de 148,1 milhões de reais. Já no ano de 2011 a monta de recursos foi de 48,4 milhões de reais, enquanto que no ano de 2012 o valor de investimento foi de 89,8 milhões de reais. Tal intermitência de investimentos aprofunda a crise urbana ocasionada pelas condições de saneamento básico na cidade de Belém, cujo modelo burocratizante promovido pelo Governo do Estado, ancorado na trajetória de dependência do serviço centralizado pela Companhia de Saneamento do Pará - COSANPA, reforça as lutas sociais por uma cidade democrática e com possibilidade de reprodução da vida cotidiana.

Segundo o Atlas de Saneamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2004), o município de Belém, possui uma situação crítica em saneamento básico, especialmente no que se refere à rede geral de esgoto, conforme pode ser observado na Figura 1.

## A DIMENSÃO AMBIENTAL DA CIDADE

Figura 1 - Mapa da cidade de Belém na escala de 1:80.000 - Rede Geral de Esgoto segundo setores censitários urbanos com a exclusão do Distrito de Mosqueiro.



Fonte: Adaptado de BRASIL, 2000.

Como se pode perceber pela figura, ao tempo que existe maior índice de domicílios ligados à rede de esgoto na área mais adensada do município de Belém, ou seja, os bairros mais aproximados da orla sudoeste da cidade, onde se concentra a população de maior renda, os bairros localizados na região localizada próxima dos mananciais de abastecimento de água da cidade, como é o caso dos Bairros do Curió-Utinga, suas populações estão completamente sem acesso a um saneamento digno, ou seja, não possuem direito à cidade. Tal situação tem reflexos negativos em dimensões sociais, ambientais e principalmente na saúde das pessoas.

A partir da acepção de tais processos da relação entre o espaço urbano e o saneamento básico, é importante reconhecer que existem movimentos sociais que estão inseridos no debate sobre o direito por uma cidade justa e, em especial, por diferentes formas de atuar, mas com o mesmo foco de mudança social.

O Fórum de Participação Popular em Defesa dos Lagos Bolonha e Água Preta, fundado em 14 de dezembro de 2002, é um movimento social que articula um amplo grupo de associações de moradores de bairros de Belém e de Ananindeua (Região Metropolitana de Belém), organizações não governamentais e personalidades públicas inseridas em instituições de ensino e pesquisa.

Segundo a página do Fórum numa rede social, seu objetivo é de promover o diálogo entre o Estado e a população moradora no entorno dos Lagos Bolonha e Água Preta com vista à diminuir os conflitos de regularização fundiária, conscientizar a população sobre a importância da Área de Preservação Ambiental de Belém



(Unidade de Conservação de âmbito estadual) e o cumprimento da função social da propriedade.

Sua atuação está amplamente voltada para enfrentar a imposição de um Estado capitalista que insiste em implementar obras de infraestrutura viária nestas localidades sem a devida consideração social de que existem pessoas com grandes dificuldades de saneamento, problemas de alagamentos e especialmente de moradias precárias.

Segundo a Carta Aberta ao Governo do Estado do Pará datada de 22 de março de 2014, o Fórum dos Lagos explicita sua indignação quanto aos problemas de saneamento:

Na Grande Belém onde persiste o alto grau de conglomerados subnormais, existem centenas de famílias que estão ameaçadas de despejo e deslocamentos indesejados por causa de obras de infraestrutura urbana, como o "Ação Metrópole" (prolongamento da Avenida 1º de Dezembro), as obras da duplicação da Av. Perimetral, do Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova (PROMABEN), da ampliação da Av. Independência. Essas famílias reivindicam o direito de uma efetiva e justa participação nos processos de negociações dos critérios no valor das indenizações e remanejamentos, pois sofrem e sofrerão com a perda de relações construídas há décadas entre vizinhos e a comunidade. Fora isso, o Governo Estadual e os Municipais da RMB precisam resolver os graves problemas de saneamento e esgotamento sanitários das bacias do Una, Tucunduba, Mata Fome, Maguari-Açu, entre outras (FÓRUM DOS LAGOS, 2014).

Embora seja um movimento social de reivindicações importantes no que diz respeito aos problemas de saneamento, existe um forte conceito de resistência no espaço urbano na Região Metropolitana de Belém. Suas ações estão fundamentadas em mobilizações de rua, articulação institucional, ações de mídia, ativismo cibernético, participação em conselhos de políticas públicas, ações de educação ambiental-sanitária e pressão ao Estado.

Segundo um dos seus coordenadores, em entrevista concedida à Rádio "O Liberal" em 12/07/2012, "as populações não têm acesso à água potável [...] e as denúncias já chegaram ao Ministério Público, ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos e ao Conselho Gestor do Parque Estadual do Utinga" (O LIBERAL, 2014).

Além disso, um dos *slogans* do Fórum dos Lagos é "DIREITOS: saneamento básico, moradia digna, defesa dos ecossistemas do Parque Estadual do Utinga, saúde, segurança e mobilidade. DEVER DO ESTADO" (FÓRUM DOS LAGOS, 2014). Pode-se perceber a importância do tema do saneamento básico nas discussões deste movimento social. Percebe-se ainda a forte inserção junto às comunidades efetivamente afetadas pelas intervenções estatais na área de atuação do fórum.

Outra iniciativa a ser considerada neste trabalho e que possui relevância com o tema de um espaço urbano de esperança, é o Movimento Orla Livre, criado em 1995 por profissionais liberais, que "luta pela libertação das bordas d'água do Rio Guamá e da Baía do Guajará para usufruto do legítimo dono: a população de Belém" (MOVIMENTO ORLA LIVRE, 2014).

Trata-se de um grupo de moradores da área central de Belém, pesquisadores, jornalistas, lideranças políticas e entidades como a Associação dos Amigos do Patrimônio de Belém, Associação Cidade Velha Cidade Viva, Rede Voluntária de Educação Ambiental e organização não governamental No Olhar. O grupo de ativistas possui uma forte inserção cibernética através de *blogs* e páginas em redes sociais.

Esta articulação tem se mobilizado em torno da discussão da ocupação irregular da orla de Belém, especialmente da área com grande potencial imobiliário, bem como em torno do Plano de Gestão Integrada da Orla de Belém para promover a requalificação urbana da área e a integração da Baía do Guajará ao convívio dos munícipes, através de espaços de lazer, cultura e esporte, da valorização do patrimônio histórico, do desenvolvimento do turismo e habitação de interesse social. A atuação deste movimento social tem se intensificado durante os anos de 2012 à 2014 pela necessidade de contrapor vários projetos imobiliários grandiosos que têm insistido em ocupar a margem do rio Guamá e da Baía do Guajará, que são Áreas de Preservação Permanente - APP.

O Movimento Orla Livre está ancorado em diversos princípios, dentre os quais configurar uma orla sem muros físicos e psicológicos; fazer da orla um espaço de convívio social, encontros e urbanidade; criar oportunidades para inclusão social; reforçar, refletir e celebrar a identidade amazônica; integrar a orla ao corpo da cidade; celebrar a água e o ecossistema; favorecer os usos múltiplos adequados; e projetar com qualidade e diálogo.

O primeiro ponto a ser destacado como importante desta iniciativa é a qualificação do debate. Múltiplos são os atores sociais que contribuem significativamente para promover projetos e debates diretos com o Governo Municipal, tanto no que se refere à apresentação de divergências através de ações civis públicas, seja através de manifestações públicas.

Dentre as conquistas recentes do Movimento Orla Livre, destaca-se o embargo por parte da Justiça Federal à duas torres em avançado estágio de construção na orla de Belém, assim como a exigência de estudos de impacto ambiental e impacto de vizinhança para toda e qualquer tipo de obra, incluindo a consulta pública à comunidade.

Segundo o manifesto do Movimento Orla Livre, datado de 26 de abril de 2014, "as cidades devem trilhar o caminho do planejamento urbano sustentável, pensando no equilíbrio da ocupação do solo e [...] no patrimônio cultural e ambiental. Quando o planejamento das cidades fica submetido apenas aos interesses econômicos da construção civil, sob o pretexto da modernização e da geração de empregos, o resultado é a perda da qualidade de vida da atual e das futuras gerações" (MOVIMENTO ORLA LIVRE, 2014).

As propostas principais que estão na pauta atual do Movimento Orla Livre são

- 1 – A adesão da Prefeitura de Belém ao Projeto Orla do Ministério do Meio Ambiente, visando a construção de um Plano de Gestão Integrada da Orla de Belém, que promova a requalificação urbana da área e a integração da Baía do Guajará ao convívio dos munícipes, através de espaços de lazer, cultura, esporte, da valorização do nosso patrimônio cultural e ambiental, do desenvolvimento do turismo, de atividades econômicas compatíveis e habitação de interesse social;
- 2 – Alteração do Plano Diretor de Belém, visando adequar o coeficiente de aproveitamento máximo da orla da ZAU-5, setor A2 (gabarito das construções) às diretrizes e objetivos da ZAU-5 e da Zona Especial de Interesse Ambiental -(ZEIA);
- 3 - Regulamentação do Plano Diretor de Belém, em vários de seus dispositivos e instrumentos de planejamento Urbanístico, como Plano de Gestão para as Zonas Especiais, revisão da Lei Complementar de controle Urbano (LCCU), a Outorga Onerosa, a Transferência do Direito de Construir, o Estudo do Impacto de Vizinhança e o Direito à Preempção;
- 4 - Respeito à Lei Federal 9636/98, por parte da SPU/PA, quando da efetuação de Inscrições de Posse nos terrenos de marinha de Belém;
- 5 - Suspensão de todo licenciamento de obras de alto impacto ambiental dentro da orla pela Prefeitura de Belém e demolição do Edifício Premium (MOVIMENTO ORLA LIVRE, 2014).

Embora a perspectiva de atuação do Movimento Orla Livre estabeleça debates bastante qualificados sobre a política urbana e ambiental (e conseqüentemente sobre as questões de saneamento básico) no espaço urbano de Belém, sua

abordagem está fundamentada numa utopia para uma cidade de direitos que inverta a lógica do capital econômico e garanta um cenário alternativo para a ocupação do espaço de esperança com as particularidades amazônicas.

## 5 REFLEXÕES FINAIS

Este trabalho sustentou-se na perspectiva de que não existe espaço sem política. Ao tempo que as relações sociais conformam o urbano, o Estado também é alterado em suas intervenções na cidade. Um dos fatores principais no contexto paradigmático do "novo" conceito de saneamento básico é a incorporação e a articulação do espaço, capital, social e político e seus reflexos em interfaces de políticas públicas.

A hipótese de que as lutas sociais são capazes de promover mudanças nas trajetórias de políticas públicas em saneamento básico, especialmente nas áreas de baixadas (Áreas de Preservação Permanente) de Belém, pode ser constatada com a ação coletiva de movimentos sociais, como nos casos descritos do Fórum de Participação Popular em Defesa dos Lagos Bolonha e Água Preta e do Movimento Orla Livre. Apesar das atuações diferentes, é possível estabelecer um objetivo comum aos dois: gerar propostas alternativas como resistência ao capital e seus impactos no espaço urbano, especialmente no saneamento e ambiente.

Entretanto, as utopias são ancoradas nas perspectivas de moradia digna, condições adequadas de saneamento, fortalecer a identidade amazônica no espaço urbano e promover a reprodução da vida cotidiana na carinhosa "cidade das mangueiras".

As baixadas, as palafitas (habitações características da várzea amazônica), a integração entre o histórico e a modernidade e a multiculturalidade confundem-se numa linda cidade, berço de lutas sociais que correm no sangue e na alma cabana.

Ressalta-se a importância da pesquisa sobre a relação entre o saneamento básico e o espaço urbano como elemento integrador das lutas sociais utópicas e que possuem um alto potencial de resistência junto ao Estado capitalista ou o capitalismo no Estado.

Apesar de se tratar de uma abordagem meramente conceitual, este trabalho pretende contribuir para o avanço do conhecimento teórico de novas concepções sobre o saneamento básico em Áreas de Preservação Permanente, como é o caso de extensa área geográfica de Belém-Pa, afinal a teoria também pode ser considerada como uma forma utópica de resistência social.

## REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. *Cidade - Espaço Público?* Revista da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, vol.15, 234-247, 2013.

ARANTES, Otilia, VAINER, Carlos Vainer e MARICAT, Ermínia. *A Cidade do Pensamento Único: Desmanchando Consenso*. Petrópolis: Editora Vozes, 3a edição, 2002.

BORÓN, A. A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal. In SADER, E.; GENTILI, P. (orgs). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, pp. 63-118.

A DIMENSÃO AMBIENTAL DA CIDADE

- BRAADBAART, O. A transferência norte-sul do paradigma da água canalizada. O papel do setor público nos serviços de água e esgotos. In: HELLER, L.; CASTRO, J.E. *Política pública e gestão de serviços de saneamento*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2013. P. 116-134.
- BRASIL. Lei n.º 11.445, de 5 de janeiro de 2007. *Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico*. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/LEIS\\_2001/L10257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10257.htm)>. Acesso em: 20 Mar. 2011.
- BRASIL. Ministério das Cidades. *Sistema Nacional de Informações em Saneamento: Diagnóstico dos serviços de água e esgotos* - 2012. Brasília: SNSA/MCIDADES, 2014.
- BRITTO, A. L. ; REZENDE, S. C. ; Heller, L. ; CORDEIRO, B. S. . *Da fragmentação à articulação. A política nacional de saneamento e seu legado histórico*. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (ANPUR), v. 14, p. 63-82, 2012.
- CARDOSO, Ana Claudia; LIMA, José Júlio F.; SENA, Lucinda F. A.; SANTOS, Ricardo B.; CRUZ, Sandra H. R.. *A estrutura socioespacial da Região Metropolitana de Belém: reflexões sobre a distribuição dos tipos sócio-ocupacionais de 1990 a 2000*. Novos Cadernos NAEA, v. 10, p. 143-183, 2007.
- CASTRO, J. E. Participación y control social en el saneamiento básico. In HELLER, L. *Água y saneamiento: en la búsqueda de nuevos paradigmas para las Américas*. Organización Panamericana de la Salud. Washington, D.C.: OPS, 137-156. 2012.
- CASTRO, J. E. Políticas públicas de saneamento e condicionantes sistêmicos. In: HELLER, L.; CASTRO, J. E. *Política pública e gestão de serviços de saneamento*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2013. P. 53-75.
- CLARK, Gordon; DEAR, Michael. 1981. The State in capitalism and the capitalist State. In: Dear, Michael and Scott, Allen, J. *Urbanization & Urban Planning in Capitalist Society*. London and New York: Methuen, 1981, pp. 45 – 61.
- COSTA, G. M. *Exclusão sócio-espacial na era urbano-industrial: uma introdução ao tema*. In: ANAIS DO VII ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 1997, ANPUR/MDU/UFPE, 1997. v. 2, p. 1421-1436. 1997.
- COSTA, G. M. A contribuição da teoria de espaço de Lefebvre para a análise urbana. In: Limonad, E. *Entre a ordem próxima e a ordem distante: contribuições a partir do pensamento de Henri Lefebvre*. Niterói: GECEL-UFF, 2003.
- DAMIANI, Amélia. *A metrópole e a indústria: reflexões sobre uma urbanização crítica*. Revista Terra Livre (on line), São Paulo, v. 15, p. 21 – 37, 2000
- FARRET, R. L. Paradigmas da estruturação do espaço residencial intra-urbano. In: Farret, R. L. et alli. 1985. *O espaço da cidade: contribuição à análise urbana*. São Paulo: Projeto Editores Associados, p. 73 - 90. 1985.
- FERNANDES, E. Lefebvre, love & struggle - spatial dialectics (Resenha). Belo Horizonte, pp. 173 - 176. *Topos*, v. 1, n.1, jul/dez/1999
- FÓRUM DOS LAGOS. *Página do Fórum de Participação Popular em Defesa dos lagos Bolonha e Água Preta na rede social Facebook*. 2014. Disponível em <https://www.facebook.com/groups/1436453233262126/?fref=ts>. Acesso em 17/05/2014.
- GOTTDIENER, M. *A produção social do espaço urbano*. São Paulo: EDUSP. 1993.
- HARAWAY, D. *Simians, Cyborgs and Women: The Reinvention of Nature*. New York: Routledge, and London: Free Association Books, 1991.
- HARVEY, D. A teoria marxista do Estado. In: Harvey, D. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume Editora. 1976
- HARVEY, D. *The urban experience*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press. 1989.
- HARVEY, D.. *Espaços de esperança*. São Paulo: Edições Loyola (3ª Edição). 2009.
- HEALEY, Patsy. *Collaborative Planning: Shaping Places in Fragmented Societies*, 2nd Edition, Palgrave Macmillan, 2005.
- HELLER, L.; CASTRO, J. E. *Política pública de saneamento: apontamentos teórico-conceituais*. Engenharia Sanitária e Ambiental, v. 12, p. 284-295, 2007.
- HELLER, L. . Política pública e gestão dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário e suas interfaces: a perspectiva da saúde pública. In: Heller, L.; Castro, J.E.. (Org.). *Política pública e gestão de serviços de saneamento*. 1ed. Belo Horizonte, Rio de Janeiro: Editora UFMG, Editora Fiocruz, 2013, v. , p. 179-195.

A DIMENSÃO AMBIENTAL DA CIDADE

- HISSA, C.V.; NOGUEIRA, M. L. M. *Cidade-corpo*. Revista da Ufm, Belo Horizonte, v. 20, n.1, p.54-77, jan./jun. 2013.
- HUKKA, J.J., KATKO, T. S. *Refuting the paradigm of water services privatisation*. Natural Resources Forum, v. 27, p. 142-55, 2003.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Atlas do Saneamento*. Rio de Janeiro. 2004.
- JESSOP, B. *Towards a Schumpeterian Workfare State? Preliminary Remarks on Post-Fordist Political Economy*. Studies in Political Economy, 40, Spring: 7-39. 1993
- LEFEBVRE, H. *The production of space*. Oxford: Blackwell. 1993.
- LEFEBVRE, H. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG. 1999.
- LEFEBVRE, H. *Espaço e política*. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2008.
- LOJKINE, J. *O estado capitalista e a questão urbana*. São Paulo, Martins Fontes. 1981.
- McGRANAHAN, G.; MULENGA, M. Community organization and alternative paradigms for improving water and sanitation in deprived settlements. In: CASTRO, J.E.; HELLER, L. (ed.). *Water and sanitation services. Public policy and management*. Londres: Earthscan, 2009. p. 173-187.
- MARTINS, S. Crítica à economia política do espaço. In: Amélia Luísa Damiani; Ana Fani Alessandri Carlos; Odette Carvalho de Lima Seabra. (Org.). *O espaço no fim de século: a nova raridade*. 1 ed. São Paulo: Contexto, 1999, p. 13-41.
- MASJUAN, E.; MARCH, H.; DOMENE, E.; SAURÍ, D. *Conflicts and struggles over urban water cycles: the case of Barcelona 1880–2004*. Tijdschriftvo or Economische en Social e Geografie, v.99, n.4, p.426–439, 2008.
- MONTE-MÓR, R. *Extended urbanization in the industrializing peripher: notes on Brazil*. Trabalho apresentado no Encontro Anual da Associação dos Geógrafos Americanos/AAG. Baltimore, Maryland, EUA. 1989.
- MONTE-MÓR, R. L. *O que é o urbano, no mundo contemporâneo*. Revista Paranaense de Desenvolvimento, n. 111, jul-dez 2006, p. 9 – 18.
- MOVIMENTO ORLA LIVRE. *Blog do Movimento Orla Livre*. Disponível em <http://orlalivre.blogspot.com.br/>. Acesso em 17/05/ 2014.
- O LIBERAL. *Entrevista com coordenador do Fórum dos Lagos*. Belém. Disponível em <http://www.oliberalcbn.com.br/internas.asp?id=1611>. Acesso em 17 de maio de 2014.
- PAULANTZAS, Nicos. *Pouvoir politique et classes sociales*. Paris, Maspero, 2 vols. 1971.
- REZENDE, S. C.; WAJNMAN, S.; CARVALHO, J. A. M.; HELLER, L. *Integrando oferta e demanda de serviços de saneamento: análise hierárquica do panorama urbano brasileiro no ano 2000*. Engenharia Sanitária e Ambiental, v. 12, p. 90-101, 2007.
- ROUSE, Michael. POLICY BRIEF: THE URBAN WATER CHALLENGE. International Journal of Water Resources Development. Volume 29, Issue 3, 2013
- SANDERCOCK, L. *Towards Cosmopolis: planning for multicultural cities*, London: John Wiley. 1998.
- SARGES, Maria de Nazaré. *Belém: Riquezas produzindo a Belle-Époque (1870-1912)*. Belém: Paka-Tatu, 2000. 152p.
- SOUSA, A. C. A. ; COSTA, N. R. . *Incerteza e dissenso: os limites institucionais da política de saneamento brasileira contemporânea*. Revista de Administração Pública (Impresso), v. 47, p. 587-600, 2013.
- SWYNGEDOUW, E., KAIKA, M., CASTRO, J.E. *Urban water: a political-ecology perspective*. Built environment, v. 28, n. 2, p. 124-37, 2002.
- SWYNGEDOUW, E. *Governance innovation and the citizen: the Janus face of governance-beyond-the-state*. *Urban Studies*, v. 42, p. 1991–2006, 2005.
- SWYNGEDOUW, E. Economia política dos serviços públicos essenciais. In: HELLER, L.; CASTRO, J.E. *Política pública e gestão de serviços de saneamento*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2013.
- TOPALOV, C. *La urbanization capitalista: algunos elementos para su análisis*. Mexico: Editorial Edicol Mexico. 1979.